



Fórum para a Sociedade da Informação Governança da Internet 2015

ORGANIZAÇÃO



FÓRUM PARA A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Governança da Internet

PORTO, 10 DE SETEMBRO DE 2015

PORTO, 10 SEPTEMBER 2015

ÍNDICE / INDEX

- 2 Mensagens do Porto
- 4 *Messages from Porto*

- 6 Contextualização
- 8 *Context*

- 10 Relatos do Fórum
- 10 *Report from the Forum*

- 12 SESSÃO DE ABERTURA / OPENING SESSION
Filipe Araújo, Vereador da Inovação e Ambiente da Câmara Municipal do Porto
Leonor Parreira, Secretária de Estado da Ciência

- 12 SESSÃO PLENÁRIA 1 / PLENARY SESSION 1
O Futuro da Governança da Internet: Ponto de Situação das Discussões a Nível Internacional / The Future of Internet Governance: A Status Report on International Discussions

- 15 SESSÃO PARALELA 1 / PARALLEL SESSION 1
Novos Média: Os Atuais Formatos de Consumo e a Literacia mediática / New Media: Current Consumption Formats and Media Literacy

- 18 SESSÃO PARALELA 2 / PARALLEL SESSION 2
Competências Digitais, Empregabilidade e Inclusão Social / Digital Skills, Employability and Social Inclusion

- 21 SESSÃO PARALELA 3 / PARALLEL SESSION 3
Privacidade, Segurança na Internet e Gestão de Risco: Motores de Inovação / Privacy, Internet Security and Risk Management: Drivers of Innovation

- 24 SESSÃO PARALELA 4 / PARALLEL SESSION 4
Domínios Internet: Um Novo Paradigma na Estratégia de Comercialização da Empresa / Internet Domains: A New Paradigm in a Company's Marketing Strategy

- 27 SESSÃO PLENÁRIA 2 / PLENARY SESSION 2
Debate com os Partidos Políticos sobre os Atuais Desafios que se colocam na Governança da Internet / Debate with the political parties about current the challenges in Internet Governance

- 27 SESSÃO GOVERNAÇÃO DA INTERNET / INTERNET GOVERNANCE SESSION
Mensagens do Porto 2015 / Messages from Porto 2015

- 27 SESSÃO DE ENCERRAMENTO / CLOSING SESSION
Joaquim Pedro Cardoso da Costa, Secretário de Estado da Modernização Administrativa

Mensagens do Porto

A Internet é um recurso universal em constante transformação. E é a palavra “mudança” que lidera as discussões mundiais em 2015, um ano chave para a Governança da Internet.

Muitos são os defensores do modelo de governação *multistakeholder*, cuja validação se aguarda. O facto do setor da Sociedade de Informação, onde a Internet se insere, ter sofrido inúmeras mudanças, dos pontos de vista tecnológico e organizacional, cria novos desafios para a governação, onde as competências multifacetadas e colaboração são fulcrais. Entre as preocupações surgiram temas chave como a criptografia, *net neutrality*, acessibilidade, proteção de dados e segurança.

Deve existir, por parte de todos os *stakeholders*, a preocupação de tornar o tema da Governança da Internet mais perceptível, para que este possa verdadeiramente envolver e contribuir para uma Internet aberta, neutra, no respeito pelos direitos humanos e liberdade de expressão o que permitirá, sem dúvida, um maior impacto da Internet na economia e na sociedade aos níveis nacional, regional e mundial.

OS NOVOS MÉDIA

Assiste-se a uma redefinição do espaço público. O consumo de conteúdos de média no digital obriga à sua qualificação e delimitação. O jornalismo assume-se, mais do que nunca, como a disciplina da verificação. A regulação terá de ultrapassar o desafio das fronteiras. É necessário garantir mecanismos de inclusão e o conceito de literacia mediática é absolutamente fundamental. A literacia mediática parece ser a chave para uma inclusão no digital de toda a sociedade sem que se percam ideias centrais, como a necessária perceção e separação entre jornalismo e conteúdos não produzidos pelos órgãos de comunicação social.

AS COMPETÊNCIAS DIGITAIS, EMPREGABILIDADE E INCLUSÃO SOCIAL

Devem ser prosseguidos esforços no sentido de uma política de maior inclusão social com vista à qualificação contínua na área das Tecnologias de Informação e Comunicação dos trabalhadores no ativo e dos desempregados de longa duração, valorizar a inclusão digital e igualdade de género, promover iniciativas de inovação social indutoras de inovação tecnológica, aumentando progressivamente a produ-

tividade e a criação de valor, garantindo ao mesmo tempo a coesão social e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Devem ser fomentadas vias de incentivo ao diálogo entre os vários *stakeholders*, para que as Tecnologias de Informação e Comunicação possam ser vistas como parte da solução para a criação de emprego e inclusão social.

A PRIVACIDADE, SEGURANÇA NA INTERNET/GESTÃO DE RISCO

A sociedade civil desempenha um papel importante na proteção da privacidade e segurança na utilização da Internet. Para esse efeito, é necessário sensibilizar os utilizadores para os riscos inerentes ao uso da Internet e contribuir para o aumento da literacia tecnológica e digital. É igualmente aceite que a criação de uma cultura de proteção da privacidade e de segurança na Internet pode representar um motor de inovação e desenvolvimento e, até mesmo, constituir um impulsionador económico. Contudo, é necessário criar melhor regulamentação para esta área e consequentemente responsabilização dos vários atores envolvidos nas áreas tecnológica e digital.

OS DOMÍNIOS INTERNET: UM NOVO PARADIGMA COMERCIAL PARA AS EMPRESAS?

Estar *online*, seja para transacionar produtos ou serviços com suporte em plataformas de comércio eletrónico com diferentes níveis de sofisticação ou, simplesmente, para fins de promoção ou posicionamento, é hoje a opção óbvia sobre a qual assenta qualquer plano de estratégia de comercialização da empresa. Registrar um site pode traduzir-se numa vantagem competitiva adicional ou, numa posição diametralmente oposta, não ter qualquer impacto, já que o consumidor final parece ignorar como chegou ao site, focalizando-se antes no que vai comprar e em que condições o vai fazer.

Parece indubitável a importância de proteger os valores de origem e as marcas nacionais, com especial acuidade quando se discute o lançamento dos novos gTLDs onde urge a questão de salvaguardar questões fundamentais, como é o caso das denominações de origem associadas às indicações geográficas.

Messages from Porto

The Internet is a universal resource, in constant transformation. And it is precisely the word “change” that has been leading global discussions in 2015, a key year for Internet Governance.

There are many who advocate a multistakeholder governance model, for which “validation” is still pending. The fact that Information and Knowledge Societies, where the Internet is THE tool, have suffered many changes from the technological and organisational points of views creates new challenges for governance, where multifaceted skills and collaboration are key. Among the key concerns are flagships such as cryptography, net neutrality, accessibility, data protection and security.

All stakeholders share the concern for making the issue of Internet Governance more noticeable, so that it can truly engage, drive and contribute to an open, neutral Internet respecting human rights and freedom of expression, allowing greater economic and societal impact, at national, regional and global levels.

NEW MEDIA

We are witnessing a redefinition of the public arena. The widespread consumption of media content in the digital area requires its qualification and delimitation. Journalism, more than ever, assumes itself as the discipline of verification. Regulation will have to overcome the challenge of frontiers. It is necessary to ensure inclusion mechanisms and the concept of media literacy is absolutely crucial. Media literacy seems to be key for inclusion of the whole society in the “digital” to better perceive the difference between journalism and content produced by others.

ESKILLS, DIGITAL JOBS, INCLUSION

Efforts towards the greater social inclusion policies are needed. Policies that may allow lifelong training for active ICT workers as well as for the long-term unemployed, that will foster digital inclusion and gender equality, and promote social innovation initiatives, will drive technological innovation, increase productivity and creation of value, and thus contribute to societal cohesion and to the improvement of citizens’ quality of life.

The dialogue between the multiple stakeholders must be encouraged so that it may be seen as part of the solution to greater job creation and social inclusion.

PRIVACY, CYBER SECURITY/RISK MANAGEMENT

Civil society plays an important role in protecting privacy and security when using the Internet. For this purpose, it is necessary, on the one hand, to make users aware of the inherent risks of use of Internet and, on the other, contribute to increasing technological and digital literacy. It is also accepted that the creation of a culture of privacy and security on the Internet may be a driver of development and innovation, and even of the economy. However, there is a need for better regulation and accountability of the various stakeholders involved in the technological and digital areas.

DOMAIN NAMES: A NEW COMMERCIAL PARADIGM FOR BUSINESS STRATEGIES?

To be online, is nowadays the obvious option on which is based any marketing strategy plan of a company, whether it be to provide products and services supported by e-commerce platforms with different levels of sophistication, or simply for promotion or product placement. Registering a website might lead to an additional competitive advantage or, on the contrary, may not have any impact at all if the consumer is not aware of how he/she got to the website, focusing his/her attention solely on what he/she is going to buy and under which conditions.

It seems of an unarguably important to protect values and national trademarks, in particular when discussing the launch of new gTLDs where, e.g., the designations of geographical origin need to be safeguarded.

Contextualização

O Fórum para a Sociedade da Informação – Governança da Internet, é uma plataforma nacional de diálogo que reúne os principais atores sociais, públicos e privados, e aberto, de forma interativa, à sociedade em geral, que tem como objetivo principal informar e debater, de uma perspetiva nacional, alguns dos temas e aspetos principais da discussão atual, a nível mundial, da Governança da Internet, assumindo-se como a iniciativa nacional do Fórum de Governança da Internet (IGF – *Internet Governance Forum*) lançado em Túnis, em 2005, no âmbito dos resultados da Cimeira Mundial sobre a Sociedade da Informação (WSIS – *World Summit on Information Society*).

Em Portugal, o Fórum para a Sociedade da Informação começou a ganhar forma no ano de 2006, tendo a discussão dedicada à temática da Governança baseada num modelo *multistakeholder* iniciado em 2010 (1.ª Edição, 8 de julho, Lisboa), reeditando as discussões em 2012 (2.ª Edição, 10 de julho, Lisboa) e 2014 (3.ª Edição, 4 de junho, Lisboa).

A 4.ª edição do Fórum para a Sociedade da Informação, que teve como objetivo principal refletir e debater, em Portugal, a temática da Governança da Internet, sob o lema “A Internet – Uma Web de Oportunidade de Inovação”, realizou-se na cidade do Porto (Porto Design Factory) em 10 de setembro de 2015.

Esta edição foi organizada conjuntamente pela APDSI (Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação), a Câmara Municipal do Porto, a ERC (Entidade Reguladora para a Comunicação Social), a FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia, IP), o IAPMEI (Agência para a Competitividade e Inovação), I.P, a ISOC PORTUGAL e a Secretaria de Estado Adjunta do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional.

Os temas em discussão neste Fórum de 2015 foram os Novos Media, a Privacidade, Segurança e Gestão de Risco, as Competências Digitais e Empregabilidade, os Domínios Internet e o futuro da Governança da Internet. Focada nos principais desafios que advêm da onnipresença da Internet nas relações económicas e interpessoais, esta discussão demonstrou o empenho de Portugal em promover o diálogo sobre a temática da Governança da Internet, de forma aberta, inclusiva, *multistakeholder* e em pé de igualdade.

O ano de 2015 representou um ano chave para a Governança da Internet: os pontos de vista técnico e jurídico do processo de transição e privatização das funções da *Internet Assigned Numbers Authority* (IANA) para a comunidade *multistakehold-*

er, bem como ao processo de melhoria de prestação de contas (*accountability*) da *Internet Corporation for Assigned Names and Numbers* (ICANN). Do ponto de vista político, assistiu-se ao desenvolvimento do processo da NETmundial, à revisão da implementação dos resultados da *World Summit on Information Society* (WSIS+10) e ao debate sobre a extensão do mandato do *Internet Governance Forum* (IGF) discutido na Reunião de Alto Nível da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 15 e 16 de dezembro de 2015.

A reflexão nacional *multistakeholder* e as principais mensagens de Portugal (Mensagens do Porto) que resultaram desta edição do Fórum contribuíram para a discussão que decorreu a nível mundial no IGF 2015, de 10 a 13 de novembro, em João Pessoa (Brasil).

Context

The Forum for the Information Society – Internet Governance is a national dialogue platform gathering the main social, public and private actors, and open in an interactive way, to society in general, which principal objective is to inform and debate, at national level, on some of the main themes and aspects of the current Internet Governance discussion, at international level, and assumes as the national initiative of the Internet Governance Forum launched in Tunis in 2005 in the scope of the results of the World Summit on Information Society.

In Portugal, the Forum for the Information Society began to take shape in 2006 and the discussion dedicated to the Internet Governance based in a multistakeholder model initiated in 2010 (1st Edition, July 8, Lisbon), replicating its discussions in 2012 (2nd Edition, July 10, Lisbon) and 2014 (3rd Edition, June 4, Lisbon).

The 4th edition of the Forum for the Information Society, which aimed to reflect and discuss in Portugal the issues related to Internet Governance, under the slogan “The Internet - a Web Innovation Opportunity”, was held in the city of Porto (Porto Design Factory) on September 10, 2015.

This edition was jointly organized by APDSI (Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação), Câmara Municipal do Porto, ERC (Entidade Reguladora para a Comunicação Social), FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia, IP), IAPMEI (Agência para a Competitividade e Inovação), I.P. ISOC PORTUGAL and the Secretaria de Estado Adjunta do Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional.

The topics discussed in this forum 2015 were New Media, Privacy, Security and Risk Management, the Digital Skills and Jobs, the Internet Domains and the future of Internet Governance.

Focused on the main challenges that come from the Internet’s pervasiveness in economic and interpersonal relationships, this discussion has demonstrated the commitment of Portugal to promote dialogue on issues related to Internet governance, in an open, inclusive, multistakeholder and on an equal footing.

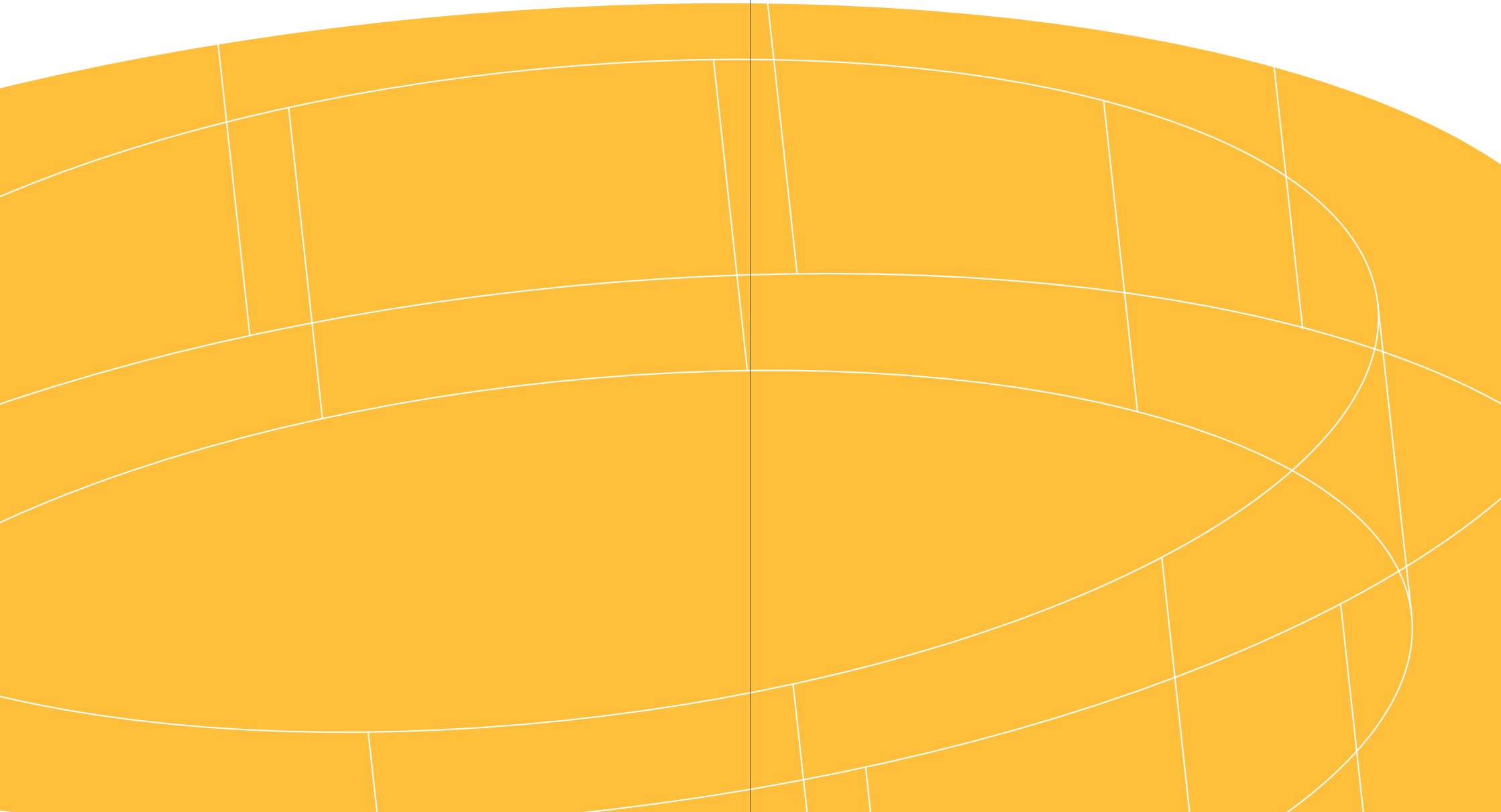
The year 2015 was a key year for Internet Governance: the technical and legal points of view of the transition process and privatization of Internet functions of the Internet Assigned Numbers Authority (IANA) to the multistakeholder community as well as the provision of the accountability process of the Internet Corporation for Assigned Names and Numbers (ICANN). From the political point of view, one saw the development of the

NETmundial process, the implementation review of the outcomes of the World Summit on Information Society (WSIS + 10) and the debate on the extension for the Internet Governance Forum (IGF) mandate discussed in High Level meeting of the UN General Assembly held on 15 and 16 December 2015.

The national multistakeholder reflection and the main messages from Portugal (Messages from Porto) that resulted from this edition of the Forum contributed to the discussion that took place worldwide at the IGF 2015, from 10 to 13 November in Joao Pessoa (Brazil).

Relatos do Fórum

Report from the Forum



Filipe Araújo, Vereador da Inovação e Ambiente da Câmara Municipal do Porto
 Leonor Parreira, Secretária de Estado da Ciência

SESSÃO PLENÁRIA 1 / PLENARY SESSION 1

O Futuro da Governação da Internet: Ponto de Situação das Discussões a Nível Internacional / The Future of Internet Governance: A Status Report on International Discussions

KEYNOTE SPEAKER

Markus Kummer, Membro do *Board of Directors* da ICANN e Conselheiro do Presidente do *Multistakeholder Advisory Group (MAG)* do *Internet Governance Forum (IGF)*

MODERADOR / MODERATOR

Ana Cristina Neves, FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, IP

ORADORES / SPEAKERS

Gelson Fonseca Jr., Embaixador e Cônsul-Geral do Brasil no Porto

Luísa Gueifão, Associação DNS.pt

Pedro Veiga, Associação ISOC – Portugal Chapter

José Perdigoto, ANACOM

Pedro Carneiro, FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, IP

RELATOR / RAPPORTEUR

Ana Filipa Almeida, Portugal Startups

A Internet é um recurso universal em constante transformação. E é a palavra mudança que lidera as discussões mundiais em 2015, naquele que é considerado pelo painel um ano chave para a Governação da Internet.

A Governação da Internet surgiu como um dos temas mais controversos do *World Summit on the Information Society (WSIS)* em 2003, e a sua importância levou inclusivamente à criação do *Internet Governance Forum (IGF)*, um fórum mundial que agrega dois mundos - o informal das instituições e o formal da governação - que discutem a matéria como iguais. É com expectativa que se aguarda este ano a decisão

sobre a extensão do mandato do IGF na Reunião de Alto Nível da Assembleia Geral das Nações Unidas, que pode representar a continuação ou a rutura da abordagem até agora seguida.

São várias as dimensões discutidas no processo de reflexão em relação ao rumo da Internet, que tem acontecido a nível não só global mas também regional: política, geopolítica, económica, tecnológica, cultural. E muitos são os defensores do modelo *multistakeholder*, cuja validação se aguarda. O facto do setor da Sociedade da Informação onde a Internet se insere ter sofrido inúmeras mudanças, não apenas do ponto de vista tecnológico mas também organizacional, cria novos desafios para a governação, onde as competências multifacetadas e colaboração são fulcrais. Entre as preocupações que dominaram o painel surgem conceitos como criptografia, *net neutrality*, acessibilidade, proteção de dados e segurança.

Outra transformação determinante do corrente ano é o processo de transição e privatização das funções da *Internet Assigned Numbers Authority (IANA)* para a comunidade, cujo prazo tem sido alargado, bem como a discussão sobre como encontrar a melhor forma para uma correta prestação de contas da *Internet Corporation for Assigned Names and Numbers (ICANN)* perante a comunidade internacional da Internet.

Deve existir por parte dos governos e restantes *stakeholders* a preocupação de tornar o tema da Governação da Internet mais acessível à sociedade civil, para que esta se possa envolver e contribuir para um modelo de Internet aberta e neutral.

Being a universal resource in a constant state of change, the Internet is the change catchphrase in world discussions in 2015, which is considered by the panel as a key year for Internet Governance.

Internet Governance has appeared as one of the most controversial topics at the World Summit on the Information Society (WSIS) in 2003, and on account of it the Internet Governance Forum (IGF) was created as a world forum that brings together two worlds under the same umbrella – the informal world of institutions and the formal world of governance – both of which discuss the matter on equal terms. Expectations are high as to the decision on the IGF's mandate at the High-Level Meeting of the General Assembly of the United Nations, which may represent the continuation or breakdown of the approach pursued so far.

The future course of action of the Internet is discussed in several dimensions, not only at global but also regional level: political, geopolitical, economic, technological and

cultural. Many champion the multistakeholder model, the validation of which is still pending. The fact that the Information Society sector that includes the Internet has undergone several technological and organisational changes creates new challenges to governance, where multifaceted competences and collaboration are crucial. Concepts such as encryption, net neutrality, accessibility, data protection and security are some of the main concerns that the panel shares.

Another decisive transformation this year is the transition and privatisation of the Internet Assigned Numbers Authority (IANA) to the community, the deadline of which has been extended, as well as the discussion on how to find the best way for the proper accountability of the Internet Corporation for Assigned Names and Numbers (ICANN) to the international Internet community.

Governments and other stakeholders should be concerned with making matters of Internet Governance more accessible to civil society, so that the latter can be involved in and contribute to an open and neutral Internet model.

SESSÃO PARALELA 1 / PARALLEL SESSION 1

Novos Media: Os Atuais Formatos de Consumo e a Literacia mediática **New Media: Current Consumption Formats and Media Literacy**

MODERADOR / MODERATOR

Daniel Catalão, RTP

ORADORES / SPEAKERS

Carlos Magno, ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social

Luísa Neto, Faculdade de Direito da Universidade do Porto

Marcelo Mota Leite, Global Media Group

David Dinis, Observador

RELATOR / RAPPORTEUR

Neuza Lopes, ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social

O desenvolvimento do mundo digital tem tido um grande impacto na evolução, comportamento e perfil dos media. Esta revolução tecnológica tem conduzido a uma enorme transformação no modo como os conteúdos são concebidos e distribuídos, o que exige a redefinição do conceito tradicional de órgão de comunicação social.

Para além da noção de órgão de comunicação social, importa hoje discutir o conteúdo material da atividade de media, o papel do produtor de conteúdo e do jornalista e as metodologias que subjazem ao trabalho por este produzido enquanto conteúdo comunicativo.

Na Internet existe tudo, incluindo a presença de órgãos de comunicação social. Importa, por isso, proceder à delimitação do “espaço territorial” – o jornalismo é a disciplina da verificação (só assim se conseguirá distinguir conteúdos jornalísticos de conteúdos de outra natureza como publicidade, blogues, etc.)

O valor da marca é acrescido no digital. O caso do Observador¹ é exemplo disso. Nunca foi essencial ao Observador definir-se no sentido de perceber como explicar ao público o que é um órgão só digital. O que importa é a marca e “a palavra passa de rede em rede, como antes passava de boca em boca”.

Há uma mudança de paradigma no digital. Assiste-se a uma redefinição do espaço público. Não adianta tentar regular o que não é regulável (“reserva do tecnológica-

¹ O Observador é um jornal diário online detido pela empresa Observador On Time, S.A.

mente possível”). Deve ser considerada uma lógica de liberdade. O papel do jornalismo reside em fazer a escolha editorial.

Quanto ao papel da regulação, esta terá de ultrapassar o desafio das fronteiras. A regulamentação tem de garantir mecanismos de inclusão e o conceito de literacia mediática é absolutamente fundamental. É necessário acautelar que as pessoas tenham o conhecimento.

Importa educar para a regulação e importa centrar a questão na transparência. Um público apto a consumir conteúdos digitais, por ventura, não poderá fazer “jornalismo de cidadão” porque tal talvez não exista, mas poderá ajudar o jornalista, contribuir com os seus comentários e fazer da interatividade uma mais-valia construtiva.

The development of the digital world has significantly impacted on media evolution, behaviour and profile. This technological revolution has led to an enormous transformation of how contents are designed and disseminated, calling for the traditional concept of media organisation to be redefined.

In addition to the notion of media organisation, we need to discuss the material contents of the media’s activity, the role of content producers and journalists, and the methods underlying the work that journalists produce as communication contents.

The Internet caters for all kinds of things, including the media. We therefore need to define the “territorial space” – journalism is a verification discipline (this is the only way to distinguish news contents from other kinds of contents, such as advertising, blogs, etc.)

In the digital world, brand value is a plus. The case of Observador² is an example of this. This online newspaper has never felt the need to define itself in order to explain to the public what a digital agency is. What matters is the brand and “the word spreads across the networks, as it did before by word of mouth”.

As the public space is redefined, so does the paradigm shift in the digital world. There is no point in regulating what cannot be regulated (“the condition of what is technologically possible”), rather take a logics of freedom into consideration. The role of journalism is to make editorial choices.

² The newspaper “Observador” is an online daily newspaper owned by Observador On Time, S.A.

Regulation will have to overcome the challenge of borders and ensure mechanisms of inclusion, for which the concept of media literacy is absolutely essential, as is the need for people to have the required knowledge.

While the public needs to be educated about regulation, the focus should be on transparency. If the public is able to take in digital contents, it will perhaps not embrace it as “citizen journalism” because this may not exist as such, but they can nevertheless help journalists by giving their comments and make interactivity a constructive input.

Competências Digitais, Empregabilidade e Inclusão Social *Digital Skills, Employability and Social Inclusion*

MODERADOR / MODERATOR

José Carlos Nascimento, Universidade do Minho

ORADORES / SPEAKERS

Luis Vidigal, APDSI

Etelberto Costa, APG – Associação Portuguesa de Gestão de Pessoas

Rui Soares, CENTIMFE

Carvalho da Silva, Centro de Estudos Sociais - Universidade de Coimbra

Pedro Carneiro, FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, IP

Paulo Calçada, TICE.PT

Elsa Estevez, Universidade das Nações Unidas

RELATOR / RAPPORTEUR

António Granado, Centro de Investigação Media e Jornalismo, Universidade Nova de Lisboa

As tecnologias da informação, apesar de serem responsáveis pela destruição de muitas profissões rotineiras e manuais, têm sido ao longo da história recente da humanidade geradoras de novas atividades, maioritariamente cognitivas e não rotineiras, capazes de melhorar a qualidade de vida das pessoas e promover a aproximação entre os vários sectores da sociedade. Em Portugal, a situação da literacia nesta área está muito longe da maioria dos parceiros europeus: em termos de competências digitais, o país está no último terço da União Europeia; e quanto à exclusão digital da população mais envelhecida, a comparação entre países da OCDE é menos positiva.

Apesar das recomendações da Comissão Europeia no sentido de tornar as competências digitais da população como uma prioridade, o que acontece é que a falta de entendimento entre os vários atores tem tido consequências nefastas na melhoria da literacia digital no nosso país, com consequências a todos os níveis, desde a criação de emprego até à formação ao longo da vida.

As profundas transformações que estas tecnologias trouxeram à sociedade têm sido muitas vezes mal compreendidas e as suas consequências muito mal avaliadas pelos decisores. Por estes motivos, é entendimento do painel que o país pode e deve prosseguir uma política de maior inclusão social na área das tecnologias da informação, promovendo uma série de ações para a sua concretização, nomeadamente:

- Criar condições para a realização de qualificação contínua na área das tecnologias da informação dos trabalhadores no ativo e dos desempregados de longa duração;
- Promover ações no sentido de valorizar a inclusão social e de género nas áreas das tecnologias da informação;
- Definir, a nível nacional e local, as competências necessárias nesta área, de forma a que todos os atores possam ajudar a formar mais e melhores profissionais para o mercado de trabalho;
- Promover iniciativas de inovação social indutoras de inovação tecnológica e não apenas o contrário, nomeadamente em áreas relacionadas com os idosos, o turismo e a saúde.
- Incentivar o diálogo entre os vários *stakeholders*, de forma a que as tecnologias da informação possam ser vistas não como parte do problema, mas como parte da solução para a criação de emprego.
- Utilização das TIC para o aumento progressivo da produtividade e a criação de valor, garantindo ao mesmo tempo a coesão social e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

—

Although they are responsible for destroying many routine and manual jobs, information technologies have generated new activities in recent times, mostly cognitive and non-routine, capable of improving the quality of life and bringing the various sectors of society closer together. In Portugal, literacy in this area is still a long way from most of the European partners: in terms of digital skills, the country is among the final third of the European Union; regarding the digital exclusion of the elderly population, the comparison between OECD countries is less positive.

Despite the European Commission recommendations to make digital skills a priority for the population, the diversity of dynamics among different stakeholders on the implementation of the actions and on how to settle this prioritization is leading to adverse effects on improving digital literacy in our country, at all levels, from job creation to lifelong learning.

The profound changes that these technologies have brought to society have often been misunderstood and their consequences have been poorly assessed by decision makers. This is why the panel believes that the country can and should pursue a policy of in-

creased social inclusion in information technologies, promoting a number of actions to implement it, in particular:

- Create the conditions for periodic training in information technologies for active workers and the long-term unemployed;
- Promote actions to value social and gender inclusion in information technology areas;
- Define, at local and national level, the skills required in this area so that all agents can help train more and better professionals for the labour market;
- Promote social innovation initiatives that will lead to technological innovation, and not just the other way around, particularly in areas related with the elderly, tourism and health.
- Foster the dialogue between the various stakeholders, so that information technologies can be seen not as a part of the problem, but rather as part of the solution to job creation.
- Use the ICTs to gradually increase productivity and value creation, whilst ensuring social cohesion and the improvement of citizens' quality of life.

SESSÃO PARALELA 3 / PARALLEL SESSION 3

Privacidade, Segurança na Internet e Gestão de Risco: Motores de Inovação *Privacy, Internet Security and Risk Management: Drivers of Innovation*

MODERADOR / MODERATOR
Pedro Fortuna, Jscrambler

ORADORES / SPEAKERS

Ana Tapadinhas, DECO

Luis Filipe Antunes, C3P – Centro de Competências em Cibersegurança da Universidade do Porto

Lino Santos, Centro Nacional de Cibersegurança

Marta Jacinto, Comissão Nacional de Proteção de Dados

Francisco Rente, Dognaedis

Luis Pessoa Amorim, GRCw Consulting, iCreate Consulting

José Pedro Teixeira Fernandes, Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo

Luis Neto Galvão, SRS Advogados

Henrique Santos, Universidade do Minho

RELATOR / RAPPORTEUR

Adélia Abreu, Observador

Segundo dados da DECO, entre 2014 e 2015, foram apresentadas cerca de 20 mil reclamações e/ou pedidos de informação relativos a transações comerciais *online* e questões de privacidade, um número consideravelmente maior do que em anos transatos. Isto denota o interesse dos consumidores em adquirirem bens e serviços *online*, mas demonstra igualmente que existem problemas como falhas contratuais, desresponsabilização por parte dos prestadores de serviços e desconhecimento dos consumidores sobre os seus direitos.

Foi, ainda, apontado que em Portugal existe efetivamente um enorme desequilíbrio entre consumidores e prestadores de serviços *cloud*, problema que deve ser resolvido através da via contratual, da via da transparência e da literacia.

Quanto à cibersegurança, foi salientado que esta é uma questão transnacional, que envolve múltiplas organizações, mas a mesma deve ser praticada nas empresas, tendo sido realçado que a verdadeira *governance* só se consegue ao nível dos conselhos de administração.

A título de exemplo do trabalho a fazer na área da privacidade e segurança na Internet, foi mencionada a Declaração de Direitos da Internet³, criada pela Comissão para Direitos e Deveres Relativos à Internet da Câmara de Deputados Italiana, que abrange temas como o “direito de acesso à Internet”, proteção de dados pessoais por parte das empresas, quebras ou alterações contratuais sem conhecimento do cliente, entre muitos outros.

Contudo, é necessário que o debate se alargue a outros países, que se crie regulamentação, a fim de garantir a segurança e os direitos fundamentais dos cidadãos, e que haja responsabilização dos vários atores profissionais.

Durante a discussão apontou-se que o número de dados digitais, produzidos pelos utilizadores da Internet, duplica a cada ano, e que nos últimos dois anos foram recolhidos cerca de 90% desses dados, sendo que a produção diária atinge os 2,3 triliões de gigabytes. Portanto, uma das questões que se coloca é como controlar a exposição desses dados na sociedade e o seu anonimato.

No entanto, este problema pode ser transformado numa oportunidade de inovação, criando novos métodos e tecnologias que permitam a anonimização de dados. Aliás, a área da segurança digital pode e deve ser encarada como um motor de inovação e um fator de crescimento económico para Portugal.

According to data provided by DECO, between 2014 and 2015 about 20 thousand claims and/or queries were filed relating to online trading transactions and privacy issues, which was considerably higher than in previous years. This not only shows that consumers are interested in buying goods and services online, but also that contractual flaws exist, service providers fail to take responsibility, and consumers are not aware of their rights.

It was also pointed out that there is a huge gap in Portugal between consumers and cloud service providers, a problem that should be sorted out through contracts, transparency and literacy.

As regards cybersecurity, it was also noted that this transnational issue involving many

³ http://www.camera.it/application/xmanager/projects/leg17/commissione_internet/testo_definitivo_inglese.pdf

organisations should be implemented in companies, highlighting that true governance can only be achieved at board level.

An example of the work that can be done in the field of Internet privacy and security is the Declaration of Internet Rights⁴ created by the Commission for Rights and Duties Related to the Internet of the Italian Chamber of Deputies, addressing topics such as the “Right to Internet Access”, protection of personal data by companies, contract breaches or amendments without the client’s knowledge, among many others.

However, other countries must also be involved in the discussion, regulations need to be introduced to ensure the security and fundamental rights of citizens, and the various professional agents must be accountable for their actions.

During the discussion, it has been indicated that the number of digital data produced by Internet users doubles every year, 90 % of those data having been collected in the last two years, and daily production reaching 2.3 trillion gigabytes. One of the questions, therefore, is how we can control the exposure of these data in society and keep them anonymous.

This problem can, however, be turned into an opportunity for innovation, by creating new methods and technologies to make the data anonymous. In fact, digital security can and should be regarded as a driver of innovation and an economic growth factor for Portugal.

⁴ http://www.camera.it/application/xmanager/projects/leg17/commissione_internet/testo_definitivo_inglese.pdf

Domínios Internet: Um Novo Paradigma na Estratégia de Comercialização da Empresa

Internet Domains: A New Paradigm in a Company's Marketing Strategy

MODERADOR / MODERATOR

José Manuel Mendonça, INESC TEC/FEUP

ORADORES / SPEAKERS

Cláudio Fernandes, AdClick

Rui Martins, AMEN.PT

Luísa Gueifão, Associação DNS.PT

João Maia, APPICAPS - Associação Portuguesa dos Industriais de Calçado,

Componentes, Artigos de Pele e seus Sucedâneos

Carlos Pires, Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto

Pedro Seabra, VIATECLA

RELATOR / RAPPORTEUR

Marta Moreira Dias, Associação DNS.PT

Estar *online*, seja para transacionar produtos ou serviços com suporte em plataformas de comércio eletrónico com diferentes níveis de sofisticação ou, simplesmente, para fins de promoção ou posicionamento, é hoje a opção óbvia sobre a qual assenta qualquer plano de estratégia de comercialização da empresa. Contudo, a este pressuposto comumente aceite chega-se através de caminhos díspares, fruto daquilo que são as experiências, modelos de negócio e desafios de mercado identificados pelo painel. A opção em registar um *site* com uma extensão *.pt* ou com qualquer uma das outras centenas de novos gTLD's (*generic Top-Level Domain*) hoje disponíveis, pode traduzir-se numa vantagem competitiva adicional ou, numa posição diametralmente oposta, não ter qualquer impacto, já que o consumidor final parece ignorar como chegou ao *site*, focalizando-se antes no que vai comprar e em que condições o vai fazer. Certo parece ser que os diretórios e os motores de busca dão muitas vezes as respostas às necessidades dos internautas em Portugal, país onde a taxa de penetração de compradores *online* duplicou nos últimos 5 anos, embora muito longe da média Europeia. Acresce o identificado efeito paralelo do chamado *online buzz*.

Ter um produto falado num *blog* de moda ou num grupo do Facebook, cria uma real e indiscutível dinâmica de marketing, valorada muito acima de qualquer campanha antes suportada nos vetustos *outdoors* e anúncios de jornais. Depois, o futuro está aí com as aplicações móveis que diariamente nos convidam a vivenciar novas experiências de consumo. Porém, desvalorizar o valor de um domínio é esquecer um

princípio sobre o qual nasceu e cresceu a Internet como hoje a conhecemos: a confiança.

Centrando-nos no cenário nacional, o *.pt*, onde mais de 72% das empresas portuguesas têm o seu site, é a opção. Aqui os caminhos de que falámos divergem, ficar em *.pt* pode ser uma escolha redutora se o objetivo for internacionalizar e passar uma mensagem global. Parece indubitável a importância de proteger os valores de origem e as marcas nacionais, com especial acuidade quando se discute o lançamento dos novos gTLD's como o *.vin* e *.wine*, onde urge a questão de salvaguardar as denominações de origem associadas às indicações geográficas⁵, ou, no caso de *.shoes*, para o mercado nacional da área do calçado em notório crescimento. O fio da balança parece estar numa estratégia de complementaridade, mantendo a credibilidade e confiança associada a qualquer TLD nacional com a ideia de presença digital global que figura como bandeira dos gTLD's.

Independentemente da opção, certo é que os desafios da imaterialidade chegaram ao mercado empresarial nacional, ignorar o digital e não o compreender como um dos paradigmas na estratégia de comercialização da empresa é perder vantagem logo à partida. Isso, ninguém quer.

The obvious strategy of company today is to be online either to sell products or services supported by e-trade platforms of varying levels of sophistication, or simply for promotional or positioning purposes. How they achieve this commonly accepted fact is done in different ways, as the result of their experiences, business models and market challenges identified by the panel. Choosing to register a website with a .pt extension or with any of the other hundreds of new gTLDs (generic Top-Level Domain) available today can translate into an added competitive advantage or, on an opposite stance, it can have no impact since the final consumer seems to ignore how it got to the website, focusing instead on what it is going to buy and under what conditions. It appears that directories and search engines often meet the needs of Portuguese Internet users, a country in which the penetration rate of online shoppers has doubled in the last five years, although still a long way from the European average. Moreover, we are also dealing with the parallel effect of online buzz.

5 A título de exemplo destas indicações geográficas poderão considerar-se as regiões demarcadas vinícolas como Porto, Douro, Alentejo, etc.

Having a product commented on a fashion blog or in a Facebook group is a real and indisputable marketing trend, more appreciated than any other campaign supported by obsolete outdoors and newspaper adverts. We also have at our disposal mobile apps that invite us every day to try new consumption experiences. However, to underrate the value of a domain is the same as forgetting the principle based on which the Internet, as we know it, emerged and developed: trust.

Looking at the Portuguese case, the choice falls on the .pt extension, which is used by more than 72 % of companies to host their websites. This is where the paths mentioned before diverge: choosing a .pt extension can be a reductionist move if the purpose is to take an international approach and send a global message. It seems that there is no doubt that domestic values and national brands must be protected, particularly relevant when we discuss the launch of new gTLDs such as .vin and .wine, where it is also of vital importance to protect the designation of origin associated with geographic indications⁶, or, in the case of .shoes, with the national footwear market showing remarkable growth. The balance seems to lie in a strategy of complementarity, maintaining the credibility and trust associated with any national TLD with the idea of a global digital presence, which is the flag of gTLDs.

No matter which option is chosen, the truth is that the challenges of immateriality that have reached the Portuguese corporate market, and ignoring the digital and failing to regard it as the criterion in the company's marketing strategy is to lose competitive advantage right from the start. Nobody wants that.

⁶ An example of these geographical indications may be the Demarcated wine regions of Porto, Douro, Alentejo, etc.

SESSÃO PLENÁRIA 2 / PLENARY SESSION 2

Debate com os Partidos Políticos sobre os Atuais Desafios que se colocam na Governação da Internet *Debate with the political parties about current the challenges in Internet Governance*

MODERADOR / MODERATOR

Daniel Catalão, RTP

ORADORES * / SPEAKERS *

Ricardo Lafuente, Bloco Esquerda (BE)

Cristiano Castro, Partido Comunista Português (PCP)

Júlio Sá, Partido Ecologista "Os Verdes"

José Magalhães, Partido Socialista (PS)

* A Coligação Portugal à Frente foi convidada mas não se fez representar nesta sessão.

* The Coalition Portugal à Frente was invited but was not represented in this session.

SESSÃO GOVERNAÇÃO DA INTERNET - MENSAGENS DO PORTO 2015 *INTERNET GOVERNANCE SESSION – MESSAGES FROM PORTO 2015*

ORGANIZADORES / ORGANISERS

Luísa Roseira, ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social

Miguel Cruz, IAPMEI

Luísa Gueifão, Associação DNS.PT

Pedro Veiga, Associação ISOC – Portugal Chapter

Luis Vidigal, APDSI

Ana Cristina Neves, FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, IP

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

CLOSING SESSION

Joaquim Pedro Cardoso da Costa, Secretário de Estado da Modernização Administrativa

FÓRUM PARA A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO Governança da Internet 2015

Esta publicação pode ser descarregada no website da FCT,
em www.fct.pt.



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.
Para ver uma cópia desta licença, visite
<http://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>.

© Fundação para a Ciência e a Tecnologia 2017

APOIO



PARCEIRO MEDIA

